

188

A MUNICIPALIZAÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA: BASES TEÓRICAS E EXPERIÊNCIAS DE IMPLEMENTAÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL. *Eduardo Pazinato da Cunha, Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo (orient.) (PUCRS).*

O presente estudo, vinculado ao Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas de Segurança, Justiça e Cidadania (GPESC), acompanhando as profundas reformulações por que passa o tratamento da conflitualidade social, antes atrelado unicamente a um modelo repressivo de manutenção da segurança pública assente no controle penal da criminalidade a partir dos mecanismos tradicionais da máquina de persecução criminal moderna (polícias, tribunais, prisões, etc.), tem por objetivo realizar um levantamento bibliográfico das bases legislativas e teóricas da municipalização das políticas de segurança pública. A par desse mapeamento teórico inicial, pretende-se verificar, *in locu*, as experiências, no campo das políticas de segurança, que tem sido implementadas pelas prefeituras de Porto Alegre e da região metropolitana: suas especificidades, diferenças e similitudes. Para tanto, parte-se da hipótese de que os municípios podem efetivamente cumprir uma papel destacado na redução das taxas de criminalidade e da violência, de maneira geral, mas também, de modo particular, na diminuição das taxas de homicídio. Nesse contexto, a busca por respostas integradas aos problemas geradores do fenômeno criminal desloca-se do eixo do sistema de justiça criminal para converter-se em tema transversal do conjunto das políticas públicas, entendidas para além dos estreitos limites do espaço estatal, já que abrangendo, pela própria natureza interdisciplinar e multifatorial do fenômeno criminal, outros âmbitos e atores da vida social. Nesse processo de desenvolvimento de novas perspectivas para a promoção da pacificação social, a dicotomia entre o público e o privado perde espaço, sobreposta pela dinâmica de constituição de uma esfera pública não estatal, na qual os agentes do Estado atuam como indutores de uma ampla mobilização da sociedade civil em prol da construção de novas formas de convivência social, menos pautadas pela lógica da punição e da repressão.